

REQUERIMENTO Nº DE 2020

(Da Dep. Natália Bonavides)

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Souza Braga Netto, informações sobre os ocupantes de funções comissionadas na Administração Pública. Excelentíssimo

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do artigo 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, Walter Souza Braga Netto, informações sobre os ocupantes de funções comissionadas na Administração Pública.

Nesses termos, requisita-se:

1. A quantidade de vínculos de servidores federais militares que estão nomeados em cargos e funções de confiança (FCPEs, Das e FGs) da União, informando:
 - 1.1. Nome do servidor
 - 1.2. Cargo ou função de confiança desempenhada
 - 1.3. Órgão de lotação
 - 1.4. Órgão de exercício;
 - 1.5. Se é servidor militar da ativa, reserva, licenciado ou reformado; e
 - 1.6. Órgão de nomeação originária como servidor militar (força militar) e patente.
- 2.1. Nome do servidor;

- 2.2. Cargo ou função de confiança desempenhada;
 - 2.3. Órgão de lotação;
 - 2.4. Órgão de exercício;
 - 2.5. Se é aposentado; e
 - 2.6. Órgão de nomeação originária como policial ou delegado.
3. Quantidade de vínculos de policiais estaduais, militares e civis, bem como bombeiros militares que estão nomeados em cargos e funções de confiança (FCPEs, Das e FGs) do governo federal, informando:
- 3.1. Nome do servidor;
 - 3.2. Cargo ou função de confiança desempenhada;
 - 3.3. Órgão de lotação;
 - 3.4. Órgão de exercício;
 - 3.5. Se é aposentado; e
 - 3.6. Órgão de nomeação originária como policial militar e patente.

JUSTIFICAÇÃO

Em meio a uma crise sanitária sem precedentes, em meio ao grande número de mortos e infectados pela covid-19, o país acompanhou, com grande perplexidade, as frequentes trocas nos principais cargos do Ministério da Saúde. Com perplexidade ainda maior, o país viu um grande número de militares assumir tais postos-chave. Militares sem qualquer experiência com políticas de saúde pública. No início de junho de 2020, ao menos 25 militares estavam em altas posições na pasta.

Esses episódios reacenderam a preocupação com a crescente militarização do funcionalismo público. Essa situação nos leva a riscos de precarização do serviço público e confusão político-partidária entre membros de instituições que são de Estado e

não de Governo. Quanto à precarização do serviço público, cargos e funções são preenchidas por pessoas indicadas e que podem ser rapidamente dispensadas, violando o princípio da seleção por concursos públicos. Ademais, tais militares, na grande maioria das vezes, não possuem experiência ou treinamento adequado para a tarefa para a qual foram requisitados, prejudicando a qualidade do serviço público a ser oferecido à população. Quanto à confusão político-partidária, esta pode ser um risco à democracia em si: abre-se a possibilidade de veto a candidatos e partidos eleitos e de pressão sobre outros poderes e instituições.

Dessa forma, faz-se imperioso esta casa permaneça atenta e cumpra seu poder de fiscalizador do Poder Executivo federal.

Sala das Sessões, 28 de julho de 2020.

Dep. Federal Natália Bonavides
(PT/RN)